

Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde. Márcia Valéria Morosini. Rio de Janeiro, EPSJV, 2010, 202 p.

Helena Maria Scherlowski Leal David

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil
<helena.david@uol.com.br>

O livro de Márcia Valéria Morosini apresenta-se como uma contribuição fundamental para fazer avançar uma análise ampliada e crítica sobre o processo de formação para o trabalho do agente comunitário de saúde (ACS). É sobretudo no desvelamento das forças que constituem a arena de disputa entre projetos diversos, tendo como premissa a indissociabilidade entre educação, trabalho e gestão do trabalho em saúde, que a autora desenvolve uma ampla análise do processo de formação do ACS no país, com foco nas formulações e processos mais recentes, ainda em curso.

O trabalho do agente comunitário de saúde tem se configurado como um campo privilegiado para analisar a dinâmica da gestão, formação e processos de trabalho em saúde, e os diversos interesses em jogo. O Brasil chega à primeira década do século XXI como, até onde se sabe, o único país a ter constituída, no plano normativo e legal, a profissão de agente comunitário de saúde. Trata-se de um processo de profissionalização intrincado, permeado por avanços, retrocessos e mudanças rápidas, em função dos contextos políticos nacional e locais, das novas regras jurídico-administrativas e da própria dinâmica dos territórios aos quais estão vinculados os ACS.

O fato de ter o território onde vive como o lócus e o objeto de seu trabalho confere singularidade ao ACS, e desdobra-se em contradições e questões que seguem desafiando as análises com foco neste ator profissional. Do território ao qual se vincula para o serviço de saúde, ou do serviço para o território, em que sentido se desenvolve a dinâmica da atuação do ACS como mediador? E em que direção caminham as políticas que se foram definindo em torno do trabalho deste ator social? É o ACS uma profissão de transição, de passagem? Contrato por prestação de serviço, concurso público, contrato de trabalho formal, qual a forma mais adequada de vinculação trabalhista? Muitas perguntas, que se-

guem sendo formuladas por gestores, pesquisadores, e pelos próprios ACS e suas representações.

Com base em uma perspectiva crítica e de defesa da saúde como direito, assume-se que a capacidade de estabelecer laços orgânicos no apoio às estratégias de enfrentamento e à organização política das pessoas que vivem no seu território/comunidade, aliada ao seu engajamento em práticas e movimentos sociais evidenciam a importância do ACS como ator fundamental para fazer avançar a mudança direcionada para um modelo assistencial que reafirme a equidade, a integralidade, a humanização e a participação popular. No entanto, do ponto de vista da gestão e da formação para o trabalho, quais avanços e questões se impõem como desafios a serem superados nesta direção?

No livro, a autora se apoia na perspectiva crítico-dialética, tanto no que se refere à forma de desenvolvimento do texto argumentativo como na problematização de alguns aspectos que se apresentam como chaves conceituais importantes para o debate sobre a formação do ACS. Na apresentação, são explicitadas as escolhas teórico-metodológicas, com destaque para os conceitos de sociedade civil, trabalho e qualificação, sustentados por produção filosófica e acadêmica de tradição marxista. Os dois primeiros situam o ACS no contexto da Política de Atenção Básica brasileira, sistematizando uma cronologia relativa aos processos de inserção dos ACS, desde o surgimento das primeiras propostas locais e nacionais. Trata-se de um texto de caráter descritivo, que vai progressivamente favorecendo a imersão da leitura na direção do núcleo de tensões produzidas em torno da formação e do trabalho do ACS. No entanto, em que pese o caráter descritivo destas partes do livro, alguns parênteses analíticos se abrem em torno de temas como as políticas de formação e educação permanente em saúde, e o processo de profissionalização do ACS, articulados ao processo político geral de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O terceiro capítulo é onde se aprofunda a dimensão da disputa a partir dos diversos interesses colocados na arena da formação do profissional ACS. É neste momento que documentos legais, normativas, debates e produções acadêmicas que nortearam as propostas recentes são esmiuçados e reinterpretados, pela autora, à luz do referencial teórico crítico, para a explicitação

de interesses políticos e perspectivas ideológicas e pedagógicas diversas. A memória destes processos, para além de conformar um importante estoque de informações históricas, é compreendida, para recuperar as palavras da autora, “como a capacidade que os atores têm de revisitar o vivido e construir novos sentidos a partir da reflexão e crítica sobre os fatos, emoções e sentimentos evocados no processo de retorno ao passado” (p. 62).

É aqui também que a perspectiva dialética da análise permite a leitura dos cenários em torno da formação do ACS como realidade fetichizada, que acaba por assumir um aspecto independente dos diversos interesses políticos que se constituem como pano de fundo deste debate. Destacamos, à guisa de exemplos, os temas ‘qualificação profissional’ e ‘currículo por competências’, temas recorrentes em todo o livro, que neste capítulo são debatidos com base nos textos da legislação voltada para a formação de trabalhadores de saúde e dos ACS. Ainda como exemplo sobre a clareza que a abordagem dialética confere à forma analítica e argumentativa do livro, trazemos um parágrafo que problematiza a questão da definição das competências profissionais do ACS e que, ao mesmo tempo, aponta para a desconstrução de uma aparente ‘simplicidade’ no trato de questões relativas à formação do ACS como mediador social:

Pode-se notar que a maior parte das competências então atribuídas aos ACS poderiam ser destinadas a todos os trabalhadores da equipe de saúde da família, o que dificulta a apreensão da especificidade do trabalho do agente comunitário de saúde e acaba compondo um par com a origem comunitária deste trabalhador. É como dizer que o ACS fará isso tudo de um modo próprio, em função de sua origem comum àqueles a quem seu trabalho visa (p. 80).

No quarto capítulo, aprofundam-se as bases teóricas do texto, mediante os resultados trazidos pela análise dos documentos e registros que compõem o material empírico que deu origem ao livro. Aqui, também a discussão sobre a definição das competências profissionais e curriculares nos processos formativos de agentes comunitários de saúde é radicalizada, valendo-se de eixos político-filosóficos como relação entre

teoria e prática no trabalho, e naturalização do trabalho do ACS como trabalho simples.

O quinto capítulo destaca a questão do perfil social do agente, em decorrência do seu decantado papel de mediador social entre os serviços de saúde e os territórios. Esta é uma discussão que vem interessando a um crescente contingente de pesquisadores, pelo desafio da sua difícil apreensão como objeto de análise acadêmica. Embora haja consenso quanto a se constituir como característica essencial do ACS, este papel de mediador social difere – e muito – no que tange às diversas interpretações sobre o que efetivamente se entende e se quer dizer ao utilizarmos o termo ‘elo de ligação’.

Márcia Valéria Morosini aborda a espinhosa discussão, que se desdobra em outras questões que estão a exigir atualização e debate, levantando perguntas como: quais os significados e sentidos do termo ‘comunitário’ que nomeia o ACS? Por que e para que temos, e continuamos a ter (se é que o queremos), agentes comunitários de saúde no Brasil?

O filósofo Karel Kosik nos descreve o mundo da pseudoconcreticidade da vida cotidiana como “claro-escuro de verdade e engano” (p. 11), e, nesta perspectiva dialética, o texto do livro de Morosini nos avisa que o mundo da formação e do trabalho do ACS não se oferece apenas como campo de discussões técnicas ou pedagógicas, apontando para uma arena na qual se apresentam, ou estão escamoteadas, disputas e lutas sociais e políticas.

No momento atual, em que os debates sobre a política pública de saúde estão sendo reconduzidos às arenas coletivas,¹ faz-se relevante travar novas discussões sobre o trabalho do agente comunitário de saúde, priorizando a participação ampliada dos sujeitos ACS, repolitizando o debate a partir da questão da formação. Stotz, em análise sobre as lutas dos trabalhadores e a relação com a saúde, nos lembra que:

O desafio maior do movimento organizado dos trabalhadores consiste em transformar movimentos e lutas locais ou mesmo regionais em movimentos políticos, sob os termos mais amplos da seguridade (ou proteção) social. Em última análise, é o próprio perfil das políticas públicas e sua relação com o regime político democrático que está em pauta nesta perspectiva (Stotz, 2003, p. 33).

Neste sentido, é mais que oportuna a discussão trazida por este livro. A dimensão da historicidade dos processos formativos de trabalhadores de nível médio e as contradições que o atravessam podem ser pelo leitor analisadas, num texto que recupera e sistematiza um conjunto de informações detalhadas relativas aos contextos políticos e aos interesses em jogo no tabuleiro das políticas de educação e gestão do trabalho no SUS.

Nota

¹ O texto foi escrito em janeiro de 2011, nos primeiros dias do governo da presidente Dilma Rousseff, em meio a diversos debates públicos sobre os perfis dos quadros a serem definidos para os cargos no Ministério da Saúde, nos quais também o escopo e os objetivos das políticas de saúde têm sido trazidos.

Referências

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 230 p.

MOROSINI, Márcia Valéria. *Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010, 201 p.

STOTZ, Eduardo Navarro. Trabalhadores, direito à saúde e ordem social no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 25-33, 2003.

***As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault.* Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, 260 p.**

Fábio Henrique Lopes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),
Rio de Janeiro, Brasil

<fabio.lopes@pq.cnpq.br>

Para além de ensaios: problematizações das ciências, da(s) vida(s) e das filosofias

Ensaaios! Produção provisória e inacabada, exercícios de reflexão, conjunto heterogêneo. Em vários momentos, a filósofa Vera Portocarrero lembra a seus leitores que o livro que leem é constituído por ensaios em torno das ciências da vida. Mapeando, expondo e explorando as possibilidades históricas de investigação da vida, esses exercícios articulam, aproximam, distanciam e expõem, com precisão, as diferenças e as singularidades entre as proposições de Georges Canguilhem e de Michel Foucault, ou seria melhor dizer, entre a epistemologia do primeiro e a arqueogenealogia proposta pelo segundo.

Ensaaios, como a autora diz, pensados numa perspectiva quase fragmentária, aparentemente eclética, mas agenciados e problematizados a ponto de permitir a reflexão crítica em torno de determinadas formas filosóficas e históricas de problematizar a vida. Originais contribuições para várias áreas do saber e da filosofia: história das ciências, histórias das ciências biomédicas, história moderna e contemporânea, por exemplo.

Com a mesma clareza característica de sua narrativa, a autora também evidencia as ressonâncias e apropriações que mais marcaram suas investigações, indicando suas condições de possibilidade, os diálogos possíveis, e transpondo os limites de superficiais mapeamentos bibliográficos, historicizando e buscando articular hipóteses, contribuições e limites das obras selecionadas, como de cada parte de seu próprio livro. Não posso deixar de mencionar a justa medida com a qual a autora revela as suas hipóteses de trabalho, abertas e expostas em cada ensaio, em cada parte desse todo: sua obra. Dessa maneira, esclarecem-se ao leitor, inclusive para melhor marcar e destacar as contribuições e possíveis limites dos ensaios, os objetivos de cada parte, de cada texto, de cada reflexão.

Três problematizações estruturam a obra. Em primeiro lugar, a da história das ciências da vida, ou, como a autora diz, as “questões que fundamentam as metodologias em filosofia e história das ciências biomédicas” (p. 25). Em seguida, focaliza o problema da concepção vitalista da vida e de seu valor como conceito operatório nas análises históricas. Por fim, aborda as formas de investigação da vida no pensamento de Michel Foucault.

Na primeira parte, “Filosofia, história e ciências da vida”, a autora problematiza aquilo que se compreende por ciências da vida, partindo de suas historicidades, das implicações e desdobramentos de uma racionalidade científica, suas especificidades de saber, de força e de poder. Inicialmente, o objetivo é traçar uma preocupação com o tema das ciências da vida, sugerindo relações estabelecidas entre a metodologia histórico-filosófica e as ciências, em termos de objeto, objetividade, interdisciplinaridade, verdade, prática e relações de forças.

Para estudo da história das ciências e do objeto da história das ciências da vida, Canguilhem, Latour e Foucault são lembrados, e suas proposições destacadas. Conceito e historicidade, internalismo *versus* externalismo, práticas do saber, mola propulsora da produção científica, denúncia do caráter arbitrário da Razão, relações (e batalhas) de forças, dicotomia entre natureza, ciência e sociedade, métodos científicos de trabalho e reflexão, mudanças na forma de olhar o vivo, legitimação científica, concepções datadas de verdade, constituem as condições de possibilidade do saber, de discursos e de batalhas travadas com as ciências da vida e por meio delas.

O eixo do segundo momento da obra, “Vitalismo, epistemologia e arqueologia”, é o conceito de vida. A autora destaca e explora a emergência da noção de vida e as possibilidades de problematizar o conceito de vida. De forma articulada e perspicaz, situa a emergência das problematizações e dos objetos às suas condições de possibilidade; os enunciados, às suas produções e objetos; a relação das ciências, dos saberes, com relações e exercícios de poder que “disciplinam e gerem a vida dos indivíduos e das populações, para problematizar o perigo desta forma de dominação da vida que as ciências representam” (p. 77).

Nesse segundo momento da obra, Foucault, Jacob, Canguilhem e Pasteur aparecem em destaque na tematização da vida. Além deles, Descartes e Kant também são evocados e articulados como possibilidade da própria reflexão.

Natureza e principais características da vida, a reprodução do organismo, hereditariedade, concepção vitalista da vida, transmissão, ser vivo como organismo, modalidades históricas de opor a vida à morte, microbiologia, vida microbiana, revolução pastoriana, positivismo, novos tipos de saber e de práticas médicas, formulações de conceitos, domínio das ciências biomédicas, condições de vida, ato vital, força vital, normalidade, normatividade, normalização, noções de ciência, episteme, passagem do estudo dos seres vivos para o estudo da vida, enfim, noção científica moderna de vida – lembrando que até o final do século XVIII, o conceito de vida não existe – formulam hipóteses, permitem os quatro ensaios dessa segunda parte. Indicam níveis diferentes de análise, como a epistemologia e a arqueologia, expõem para debate e reflexão uma histórica ordem discursiva, composta de interdições, controles, vontades e regimes de verdade, territórios de fala, produtos de saber, dispositivos e relações de poder, processos de normalização e normatividade.

Por fim, na terceira e última parte, “Vida, arqueologia e genealogia”, as proposições de Michel Foucault centralizam e permitem as hipóteses e os estudos. A noção de vida aparece como a) objeto de saber; b) objeto de saber-poder (incidindo sobre a vida dos indivíduos – anátomo-política do corpo –, e das populações – biopolítica); e c) como obra de arte. Em lugar de identificar e localizar a origem da noção de vida nas obras de Foucault, de revelar sua evolução e desnudar sua verdade oculta – operação e armadilha reflexivas negadas com muita clareza –, a autora constata que a noção é constituída por meio de um conjunto de problemas, os quais são apresentados, explorados e analisados. Para destacar a complexidade da noção e da pesquisa do conceito de vida na obra de Foucault, a autora ressalta as articulações com outros conceitos – tais como olhar, morte, homem, sexualidade, poder –, além dos diferentes níveis de análise – arqueologia, genealogia e estética da existência.

Níveis diferentes, descontinuidades temáticas, reformulações metodológicas, problemati-

zações datadas, articulações, imbricações e rupturas que comprovam a possibilidade de pensar diferentemente o que e como se pensa, neste caso, a vida. Vida pensada na perspectiva de uma história do saber, de uma história da ciência, em nível das condições de possibilidade da existência dos saberes. Vida vinculada às formas, estratégias e dispositivos de poder imanentes aos saberes investidos em campos como o corpo, a população, a vida – uma análise do poder em sua forma de exercício específica a cada época. Vida concebida e pensada pelo estudo dos modos de subjetivação do indivíduo. Três problematizações, três movimentos, três domínios foucaultianos privilegiados na terceira parte do livro em que a filósofa Vera Portocarrero apresenta o tratamento da questão da vida nas análises de Michel Foucault.

Como nas duas partes iniciais do livro, a autora estabelece diálogo, fincando diferenças, aproximações e apropriações, entre a(s) filosofia(s) de Foucault, entre suas proposições e aquelas de Descartes, Kant, Jacob e Canguilhem. O homem, o sujeito, representações, organização epistemológica, possibilidades dos conhecimentos e das teorias, princípios de organização dos discursos sobre a vida, relações entre saberes e poderes em torno da vida, tecnologias modernas de poder, corpo, vida da população, dispositivos de regulação e de segurança, a vida como alvo, governamentalidade, governo, política, domínios de saber, poder disciplinar, disciplinas, esquadrinhamentos, exames, biopoder, racismo, guerra, nível de vida, ordenamento, duração da vida, longevidade, mortalidade, finitude, descontinuidades, intervenções, controles, positividade do poder, em suma, o estudo da vida na episteme moderna são temas que aparecem na própria trajetória das pesquisas de Foucault e que são explorados pela autora.

Totalmente articulados aos temas, abordagens e provocações dos ensaios, os apêndices “Vida, genealogia da ética e estética da existência” e “Governamentalidade e cuidado de si” funcionam muito bem em harmonia com o livro. Um momento em que a autora sintetiza e articula as pesquisas do filósofo francês em torno da estética da existência e da vida como obra de arte. Compreende e indica algumas rupturas e recuos na trajetória de Foucault, sua inquietação com o tempo presente, sua pretensão de

pensar a ética como um modo de vida – mesmo sentido atribuído à filosofia –, as diferenciações possíveis entre ética e moral, a ousadia e a coragem do “dizer verdadeiro”, as modificações de si, o cuidar-se, uma arte de viver como governo da própria vida, cuidado de si, governo de si, conversão a si e posse de si, modalidades, inquietações e modos outros de problematizar a vida impossíveis de ser considerados em qualquer estudo, ensaístico ou não, sobre as ciências da vida.

Para concluir, lembro algumas inflamadas palavras de Deleuze, escolhidas livremente em dois textos. No primeiro, “Carta a um crítico severo”, ele nos remete à busca possível dos funcionamentos, das engrenagens de uma obra, de um discurso, e se pergunta “como ele [texto] serviu ou serve? Serviu para quê?” Assim, o que interessa é como alguma coisa anda, funciona, qual é a máquina! A interpretação de um texto remeteria à homogeneização do próprio acontecimento, do texto como acontecimento, do autor e do intérprete. Afetos, intensidades, experiências, experimentações são todos avaliados e os significados, atualizados por referências dadas e conhecidas anterior e antecipadamente. Na segunda obra, que escreveu com Claire Parnet, Deleuze diz que hoje devemos ler um livro como escutamos um disco: se gostamos, se a música nos toca de alguma maneira, se produz em nós efeitos, intensidades, afetos, seguimos ouvindo e ouvimos mais, mais e mais; mas se a música não nos toca, se ela não nos afeta, ou se nos afeta negativamente, abandonamos o disco, desligamos o rádio ou mudamos de estação. Com a obra de Portocarrero, é impossível não ser tocado. Fluxos novos, fruto de um laborioso trabalho de reflexão, mesmo sendo ensaística, como insiste a autora, são sedutoramente propostos por ela. Os textos funcionam como caleidoscópios, como experimentações, como fluxos, como provocações e desafios.

Ao contrário da escrita a ser interpretada, Deleuze sugere outra escrita, escrita-outra, escrita como fluxo, não como um código, a ser decifrado, a ter sua verdade e natureza encontradas, reveladas, resgatadas e, enfim, apresentadas e apreciadas. Com Deleuze, somos convidados a perceber as maneiras de ler um livro. Resumidamente, podemos considerá-lo como uma caixa que remete a um dentro, e então vamos buscar seu significado. Por isso, o comentário, a interpretação, as explicações se fazem

necessárias, exigidas e defendidas. Porém existiria outra possibilidade: a leitura por intensidade, mais condizente com o livro de Portocarrero – o livro considerado como uma pequena máquina a-significante. Nada a explicar, nada a compreender, nada a interpretar. Leitura tipo ligação elétrica, fluxo entre outros, que entra em relação de corrente, contracorrente, de redemoinho com outros fluxos, não só os da fala.

É disso que se trata. Com Deleuze, reconheço agenciamentos, fluxos e intensidades entre proposições, temas, problematizações, objetos, métodos, saberes, subjetivações e poderes, todos alinhavados, em conexão, em tensão. Histórias, desafios, prazeres de uma leitura, de um texto preciso, ensaístico, mas intenso e maduro, fruto de uma trajetória filosoficamente vivida e instruída.